



**ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024**

DESPACHO DO GESTOR

Ilmo Senhor^a

Elis Regina Monteiro da Silva

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS – TO

Nesta

ASSUNTO: ENCAMINHAMENTO DOS AUTOS DO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2022 PARA AS PROVIDÊNCIAS CABÍVEIS

Após análise da oportunidade e conveniência da **CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022.**


Autorizo por meio do presente a abertura de Processo de Dispensa de Licitação, nos moldes exigidos pela Lei 8.666/93.

Face às razões expostas da solicitação ora apresentada, reconheço a Dispensa de licitação, com base no Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93; e, autorizo a contratação pretendida; no entanto, preliminarmente o processo deverá tramitar pelos setores competentes.

Ao final, estando o processo devidamente instruído, retorne-se para análise homologação e posterior ratificação.

Atenciosamente,

CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, em 02 de Maio de 2022.


PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS
ANA FLÁVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO
CNPJ: 01.612.821/0001-41
CONTRATANTE


JOSIANO DE AQUINO SILVA
SECRETÁRIO MUN. INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO



PARECER JURÍDICO

Dispensa : 043/2021
Licitante : Secretaria de Administração e Planejamento de Crixás do Tocantins/TO.
Objeto : Locação de imóvel destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar de Crixás do Tocantins/TO.

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de procedimento administrativo, modalidade dispensa de licitação, com vistas a "locação de imóvel destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar de Crixás do Tocantins/TO", conforme consta na solicitação.

Consta do respectivo processo administrativo:

- a) Solicitação de Compras/Serviços;
- b) Propostas de preços/cotação;
- c) Declaração da Coordenadora de Compras;
- d) Declaração Orçamentária;
- e) Termo de Referência;
- f) Documentos do locador;
- g) Despacho do Executivo;

Ante as informações acima relacionadas, os autos foram encaminhados para a assessoria jurídica do Município para emissão de parecer acerca da possibilidade de se realizar dispensa de licitação e análise da minuta do contrato.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Importante salientar, que o exame dos autos processuais se restringe aos seus aspectos jurídicos, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente se municiou dos conhecimentos específicos



imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

A matéria é regulada pela Lei Federal nº 8.666/93, que rege os contratos e as licitações da Administração Pública, onde foi estabelecida, no seu artigo 2º, a necessidade do processo licitatório para firmar contratos com terceiros. Explicita, ainda, em seu artigo 3º, caput, que:

“A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhe são correlatos.”

Assim, tanto para a aquisição de bens quanto para a prestação de serviços, é exigida da Administração Pública a observância da regra da obrigatoriedade das licitações como pressuposto essencial de validade dos contratos.

Entretanto, tal obrigatoriedade não é absoluta, a própria lei de licitações, em alguns casos, concede ao administrador a faculdade de se licitar ou não. Prevê, ainda, casos em que o próprio legislador dispensa ou reconhece a inexigibilidade de licitação.

A dispensa de licitação é uma dessas modalidades de contratação direta. O artigo 24, da Lei 8.666/93 elenca os possíveis casos de dispensa.

Tendo em vista o não comparecimento de qualquer interessado à licitação, o responsável pelas Licitações, Compras e Contratos sugere que a aquisição se dê por dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei 8.666/93.

“Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

X - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades preteritas da administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;



A licitação dispensada, ensina Hely Lopes Meirelles, "é aquela que a própria lei declarou-a como tal". José Santos Carvalho Filho acrescenta que "esta se caracteriza pela circunstância de que, em tese, poderia o procedimento ser realizado, mas que, pela particularidade do caso, decidiu o legislador não torná-lo obrigatório".

Cabe aqui certa discricionariedade do agente administrativo, já que a licitação não é proibida. Entretanto, este deve levar em conta que a realização do certame deve também ser vantajosa para a Administração e respeitar o princípio da economicidade.

A Lei nº 8.666/93, ao instituir as normas para licitações e contratos da Administração Pública, autorizou a dispensa de licitação em várias hipóteses, ainda que possível a competição. São circunstâncias peculiares que aconselham a contratação direta, desde que preenchidos os requisitos previstos em lei.

Deste modo, o legislador entendeu que, **em função da "exclusividade do imóvel"**, não se justificaria a realização de um procedimento licitatório pela Administração.

Imperioso esclarecer que para ser possível a contratação direta por dispensa de licitação no presente caso, substancial restar comprovado a necessidade pela locação de imóvel que atende às particularidades da Administração Pública. E, a demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado.

Como em qualquer contratação direta, o preço ajustado deve ser coerente com o mercado, devendo essa adequação restar comprovada nos autos, eis que a validade da contratação depende da razoabilidade do preço a ser desembolsado pela Administração Pública.

Desta forma, o gestor deve demonstrar o cumprimento dos princípios atinentes à licitação, principalmente os da impessoalidade, moralidade, probidade e julgamento objetivo, além das exigências gerais previstas na Lei nº 8.666/93, tais como a comprovação da regularidade da empresa a ser contratada, demonstração de que o valor contratado é equivalente ao praticado no mercado e a motivação da decisão da Administração Pública.

3. CONCLUSÃO

Ante todo exposto, uma vez adotadas as providências assinaladas e se abstendo da apreciação dos aspectos inerentes à conveniência e oportunidade mencionados acima, opina-se pela formalização do processo de contratação direta, nos termos do artigo 24, X, da Lei nº 8.666/93.


Sugere-se, nos próximos procedimentos dessa natureza, quanto à pesquisa de mercado, que se utilize da Comissão de Avaliação Imobiliária do Município, de modo que o preço estimado seja obtivo por meio de Laudo de Avaliação subscrito por aquela Comissão.

Face ao exposto, *s.m.j.*, emite-se parecer meramente opinativo pelo prosseguimento do procedimento licitatório.

É o parecer.

À origem, com as cautelas legais para superior apreciação.

Crixás do Tocantins, TO, 02 de maio de 2021.


RICARDO FRANCISCO RIBEIRO DE DEUS
OAB/TO 7705-A
ASSESSOR JURÍDICO

Decreto nº 008/2022

Crixás do Tocantins/TO, 08 de Março de 2022.

“Cria Comissão Permanente de Licitação – CPL e dá outras providências”

-2

A **Prefeita Municipal de Crixás do Tocantins - TO**, usando de suas atribuições legais e tendo em vista a determinação contida no art. 51, § 1º da Lei n.º 8.666/93 e art. 75. da Lei 14.133/2021;

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Permanente de Licitação – CPL constituída pelos servidores abaixo designados, para que no corrente exercício, proceda apreciação e julgamento de todas a licitações das modalidades previstas em lei, formalizados pelo Chefe do Poder Executivo e/ou pelos respectivos Gestores do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Educação e Fundo Municipal de Assistência Social, sem prejuízos do exercício de suas funções na administração municipal:

- a) **ELIS REGINA MONTEIRO DA SILVA** (Presidente)
- b) **EDILEUZA DE SOUZA MARINHO** (Membro)
- c) **LUZICLEI MONTEIRO DE ALMEIDA** (Membro)

Art. 2º - Determinar que a cada procedimento licitatório, seja emitida uma Ata circunstanciada dos fatos justificadores do julgamento para apreciação e homologação superior, conforme estabelecido na Lei 8.666/93 e Lei 14.133/2021.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga -se expressamente o Decreto Nº 04/2022.

Gabinete da Prefeita Municipal de Crixás do Tocantins, aos 08 dias do mês de Março de 2022.


ANA FLÁVIA ALVES SILVERA MONTEIRO
Prefeita Municipal

Av. Marechal Rondon s/nº - Centro
CEP: 77463-000 - Crixás do Tocantins - TO



**ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024**


AUTUAÇÃO PROCESSO

A Comissão Permanente de Licitação da PREFEITURA MUNICIPAL de CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, Estado do Tocantins, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, nomeada pela Decreto nº 008/2022, em 08 de março de 2022, em conformidade com o que dispõe a Lei nº 8.666/93, mediante autorização da Prefeita Municipal **autua** o presente processo de Dispensa de Licitação da seguinte forma:

Processo Administrativo.....	043/2022
Dispensa Nº.....	043/2022
Objeto.....	CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022.
Solicitante.....	PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS – TO
Responsável	ANA FLAVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO Prefeita Municipal JOSIANO DE AQUINO SILVA Secretário Mun. de Administração e Planejamento
Data	02/05/2022.

O processo de Dispensa de licitação será instruído com a autuação de todos os documentos necessários, devidamente numerados em ordem crescente, de modo a atender ao disposto no inciso II, do artigo 24, da Lei federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.


ELIS REGINA MONTEIRO DA SILVA
Presidente da comissão de licitação
Sob. Decreto Nº 008/2022


Edileuza de Souza marinho
Membro
Sob. Decreto Nº 008/2022


Luziclei Monteiro de Almeida
Membro
Sob. Decreto Nº 008/2022

ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024

DESPACHO DO SETOR DE LICITAÇÃO

Para: Controle Interno/PM

Assunto: emissão de NOT – Nota de Orientação Técnica

Solicitamos emissão de NOT – Nota de Orientação Técnica, no processo de dispensa de Licitação **PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022** em sua fase interna e externa.

CRIXÁS DO TOCANTINS - TO, 03 DE MAIO DE 2022.

Atenciosamente,


ELIS REGINA MONTEIRO DA SILVA
Presidente da comissão de licitação
Sob. Decreto Nº 008/2022



ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024


TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2022

A Comissão Permanente de Licitação, com base no art. 24, inciso II da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores, **ADJUDICA** o objeto da contratação constante da Dispensa de Licitação nº 043/2022 que visa à **CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022**, de acordo com o Anexo I, do Processo Administrativo **043/2022**. O Gestor Municipal lançará ato formal para a contratação do imóvel da **Sr.ª SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, brasileira, portadora do **CPF Nº: 644.416.871-68, e RG: 1.734.364 SSP/TO**. Residente e domiciliada no endereço; Av. Dueré Nº 570, Setor: Pedroso CEP: 77433-050, na cidade de Gurupi do Tocantins-TO. Neste ato é a representante legal a Sr.ª **Selvina Martins Teixeira da Silva**, residente e domiciliado neste mesmo endereço.

CRIXÁS DO TOCANTINS - TO, 03 DE MAIO 2022.


ELIS REGINA MONTEIRO DA SILVA
Presidente da comissão de licitação
Sob. Decreto Nº 008/2022


Edileuza de Souza marinho
Membro
Sob. Decreto Nº 008/2022


Luziclei Monteiro de Almeida
Membro
Sob. Decreto Nº 008/2022

ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024

DESPACHO DO SETOR DE LICITAÇÃO

Para: Gabinete do Presidente da comissão de Licitação de PREFEITURA MUNICIPAL de CRIXÁS DO TOCANTINS – TO

Assunto: Homologação e Ratificação


Processo: Dispensa de Licitação nº 043/2021


Senhor Presidente,

Em atendimento ao artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas anteriores alterações, encaminho a Vossa Excelência para apreciação e consequente **homologação com posterior ratificação** os autos do processo administrativo nº 043/2022 que originou a Dispensa de Licitação identificada acima, **CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022**, de acordo com o Anexo I, do Processo Administrativo 043/2022, representado por meio da Sr^a **SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, inscrita sob o nº do CPF: **664.416.871-68**, e RG: **2.025.107 SSP/ GO**, neste ato é a representante legal é a Sr^a. **SELVINA MARTINS TEIXEIRA DA SILVA**, residente e domiciliado nesta cidade.

CRIXÁS DO TOCANTINS - TO, 04 DE MAIO DE 2022.


ELIS REGINA MONTEIRO DA SILVA
Presidente da comissão de licitação
Sob. Decreto Nº 008/2022


Edileuza de Souza marinho
Membro
Sob. Decreto Nº 008/2022


Luziclei Monteiro de Almeida
Membro
Sob. Decreto Nº 008/2022



ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E RATIFICAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, representada neste ato pela senhora prefeita municipal, Brasileiro, casada, gestora deste município, portador do CPF Nº. 006.638.261-01, residente e domiciliado nesta cidade de CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, no uso de suas atribuições legais **HOMOLOGA** a presente **Dispensa de Licitação nº 043/2022**, qual tem objeto **CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022**, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, na forma do Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93; e com base nas informações constantes dos documentos acostados ao **Processo Administrativo 043/2022**, tendo como **Adjudicada. SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, brasileira, portadora do **CPF Nº: 644.416.871-68**, e **RG: 1.734.364 SSP/TO**. Residente e domiciliada no endereço; Av. Dueré Nº 570, Setor: Pedroso CEP: 77433-050, na cidade de Gurupi do Tocantins-TO., representante legal a Sr^a. **Selvina Martins Teixeira da Silva**, residente e domiciliado neste mesmo endereço.

De acordo com o Anexo I, do Processo Administrativo 043/2022. **Pelos serviços Prestados será pago à contratada um valor bruto total no decorrer do contrato de R\$:8.640,00 (Oito mil seiscentos e quarenta reais) valor este que sera pago pela execução do serviço prestado observando bem a garantia e a eficiência dos serviços comprovando por relatórios e fotos dos serviços executado, conforme disponibilidade financeira da Contratante.** de acordo com a proposta de preço apresentada. Encontrando-se o processo regularmente instruído na forma da Lei 8.666/93, **Ratifico** o presente, ficando, pois autorizada a referida contratação. Publique-se na forma da lei.

Gabinete da PREFEITA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, aos 05 DE MAIO DE 2022.


PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS
ANA FLÁVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO
CNPJ: 01.612.821/0001-41
CONTRATANTE



JOSIANO DE AQUINO SILVA
SECRETÁRIO MUN. INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO

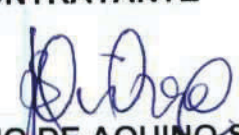
**ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024**

TERMO DE CONVOCAÇÃO

A Prefeitura Municipal De Crixás – TO, Pessoa Jurídica de direito Público interno, sob o nº 01.612.821/0001-41, com sede administrativa na Avenida Marechal Rondon S/Nº, centro de Crixás- TO, neste ato representada pela Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal **ANA FLAVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO**, Brasileiro, casada, portadora do CPF n.006.638.261-01, e do RG: nº 770.262- SSP /TO, residente e domiciliado na Rua Manoel Justino Da Silva, Nº 58, Centro, Crixas– TO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o resultado do Processo Licitatório, Dispensa de Licitação nº 043/2022, vem através desta, convocar **SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, brasileira, portadora do CPF Nº: 644.416.871-68, e RG: 1.734.364 SSP/TO. representante legal a Srª. **Selvina Martins Teixeira da Silva**, para no prazo de até cinco dias úteis, a comparecer nesta Sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS – TO., estabelecida **NESTA CIDADE** para assinatura da competente Peça Contratual.

CRIXÁS DO TOCANTINS - TO, 05 DE MAIO DE 2022.


PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXAS DO TOCANTINS
ANA FLÁVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO
CNPJ: 01.612.821/0001-41
CONTRATANTE


JOSIANO DE AQUINO SILVA
SECRETÁRIO MUN. INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO

**CONTRATO Nº 043/2022**

Contrato de prestação de serviço entre a **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS – TO**, e a **SRª SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, COM O CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS - TO**, inscrito no CNPJ sob o nº 01.612.821/0001-41 sito à Av. Marechal Rondon, s/nº, Centro - Centro – CRIXÁS DO TOCANTINS - TO, CEP: 77463-000 - CRIXÁS DO TOCANTINS - TO, representada pela Srª. **ANA FLÁVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO**, brasileira, casada, Prefeita Municipal portadora do CPF Nº. 006.638.261-01 residente e domiciliado nesta cidade de CRIXÁS DO TOCANTINS - TO, doravante denominada **CONTRATANTE**, a proprietária do imóvel, **SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, brasileira, portadora do **CPF Nº: 644.416.871-68**, e **RG: 1.734.364 SSP/TO**. Residente e domiciliada no endereço; Av. Dueré Nº 570, Setor: Pedroso CEP: 77433-050, na cidade de Gurupi do Tocantins-TO., representante legal a Srª. **Selvina Martins Teixeira da Silva**, residente e domiciliado neste mesmo endereço, doravante denominada **CONTRATADA**, têm justos e contratados entre si o que dispõe a seguir:

1. CLAUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL.

1.1. O presente contrato se fundamenta na Lei nº 8.666/93, de 21 de Julho de 1993, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independente de transcrição.

2. CLAUSULA SEGUNDA – OBJETO.

CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022.

Av. Marechal Rondon, S/Nº Centro, Crixás do Tocantins –TO
CNPJ: 01.612.821/0001-41 FONE: (63) 3352-1140 CEP: 77463-000

Selvina Martins Teixeira



DESCRIMINAÇÃO ABAIXO:

ITEM	QTD	UND	DESCRIÇÃO	VL. UNIT	VL TOTAL
01	08	SRV	LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022.	R\$ 1.080,00	R\$ 8.640,00
Valor Total:					R\$:8.640,00

3. CLAUSULA TERCEIRA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

3.1. A CONTRATADA Acompanhar e tomar as providências cabíveis e necessária relacionado aos serviços ora contratada.

3.2. O CONTRATADO obriga-se a executar os serviços em perfeita harmonia e concordância com as normas adotadas pelo CONTRATANTE.

3.3. Manter o contrato observando sempre a legislação vigente aplicável à espécie.

3.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões de serviços que se fizerem necessários, até os limites previstos no art 65, § 1º da Lei 8.666/93, inclusive quanto aos valores, tendo como base o valor inicial do contrato, mediante celebração de termo aditivo, sempre precedido de justificativa técnica por parte do **CONTRATANTE**.

4. CLAUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

4.1. Efetuar os pagamentos, após entrada da nota fiscal, ou nota avulsa (se for o caso) conforme discriminado na **cláusula sexta** com entrada das notas fiscais/faturas no Protocolo da Prefeitura, após as mesmas serem conferidas e atestadas pelo funcionário responsável pelo setor.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

5.1. A solicitação do contrato será da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2019, ou seja do inicio ao término dos procedimento, findado-se este contrato por completo após esse período.

5.2. À CONTRATADA será facultado pedir a prorrogação do prazo, somente quando ocorrer interrupção da aquisição determinados por um dos seguintes elementos:

- a) Falta de elementos técnicos para o andamento dos trabalhos, quando o fornecimento deles couber ao **CONTRATANTE**;

Av. Marechal Rondon, S/Nº Centro, Crixás do Tocantins –TO
 CNPJ: 01.612.821/0001-41 FONE: (63) 3352-1140 CEP: 77463-000

Selma Martins Feixeira



- b) Ordem escrita do titular do **CONTRATANTE**, para restringir, ou paralisar os serviços de interesse da Administração.

5.3. Nos casos acima mencionados, o requerimento da prorrogação deverá ser protocolado em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data do evento alegado como causa do atraso.

5.4. Este contrato poderá ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, quando de interesse do **CONTRATANTE** e anuência da **CONTRATADA**, com vista à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, suficientemente justificado e aprovado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal

6. CLAUSULA SEXTA – VALOR E FORMA DE PAGAMENTO:

6.1. O preço ajustado pelo que está definido contratual é no valor total de **R\$:8.640,00 (Oito mil seiscentos e quarenta reais), sendo dividido em 08(oito) parcelas de R\$ 1.080,00(Um mil e oitenta reais)cada, no período de 08 (oito) meses, que será pago conforme apresentação das notas fiscais** que serão pagos pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO** até o dia 30 do mês em referência.

6.2. Fica expressamente estabelecido que os preços contratados incluam todos os custos diretos e indiretos para a completa execução dos serviços.

6.3. Os preços contratuais serão fixos e irrevogáveis pelo período do contrato.

6.4. Os pagamentos serão efetuados mediante apresentação de Nota Fiscal, e liberação do setor competente, em até 30 dias após a prestação dos serviços.

6.5. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas ao contratado para as devidas correções.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

7.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	04.243.1002.2123- MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR.
ELEMENTO DE DESPESA	339039000147-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA FISICA.
FONTE DE RECURSO	0010.00.000 – RECURSOS PRÓPRIOS

7.2. Os recursos financeiros para custear a execução dos serviços, são oriundos do tesouro Municipal.

8. CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES



8.1. Sem prejuízo da cobrança de perdas e danos, o **CONTRATANTE** poderá sujeitar a **CONTRATADA** às seguintes penalidades:

- a) Multa de 2 % (dois por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total da obrigação;
- b) Multa de 2% (dois por cento) do valor correspondente à parte contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação;
- c) Multa de 0,06 % (seis centésimos por cento) por dia, no caso de inexecução diária do objeto deste contrato, até o máximo de (30) trinta dias, a partir dos quais será considerado descumprimento parcial da obrigação, conforme alínea anterior;
- d) Suspensão temporária do direito de contratar com de CRIXAS – TO, pelo prazo que for fixado pela prefeitura municipal de Crixás do Tocantins, em função da natureza e da gravidade da falta cometida;
- e) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, considerando, para tanto, reincidências de faltas, sua natureza e gravidade. O ato de declaração de inidoneidade será proferido pela Prefeitura Municipal de Crixás – TO.

8.2. As multas aplicadas serão descontadas do primeiro pagamento devido pela **CONTRATANTE** ou, não sendo possível deverão ser recolhidas pela **CONTRATADA** em até 30 (tinta) dias, contados da intimação, sob pena de inscrição na Dívida Ativa para cobrança judicial.

8.3. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação administrativa ou judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa.

8.4. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou de processo administrativo.

8.5. A **CONTRATADA** será cientificada, por escrito, da multa aplicada, ficando com o prazo de 10 (dez) dias úteis para se desejar, recorrer ao Setor Competente.

9. CLÁUSULA NONA – RESCISÃO DO CONTRATO.

9.1. Este contrato poderá ser rescindido unilateralmente pelo **CONTRATANTE**, ou bilateralmente, mas sempre atendida a conveniência administrativa do Serviço Público.

9.2. A critério do **CONTRATANTE**, caberá a rescisão do contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando este:

Av. Marechal Rondon, S/Nº Centro, Crixás do Tocantins –TO
CNPJ: 01.612.821/0001-41 FONE: (63) 3352-1140 CEP: 77463-000

Selvina Martins Felixia



I - Não cumprir quaisquer de suas obrigações contratuais;

II - Transferir, no todo ou em parte, os serviços, sem prévia autorização do

CONTRATANTE.

9.3. Na hipótese do item I desta cláusula, à **CONTRATADA** caberá receber o valor dos serviços já executados.

9.4. Ocorrendo rescisão por um dos incisos elencados no item 9.2, a **CONTRATADA** poderá responder por perdas e danos cobrados administrativamente ou judicialmente.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – TRIBUTOS.

10.1. É da inteira responsabilidade da **CONTRATADA** os ônus tributários e encargos resultantes deste Contrato, inclusive os decorrentes da legislação trabalhista e da Previdência Social.

10.2. Em caso algum, o **CONTRATANTE** pagará indenização à **CONTRATADA** por encargos resultantes da legislação trabalhista e da Previdência Social, oriundo de contratos entre a mesma e terceiros.

10.3. A empresa deverá apresentar todas as certidões de regularidade fiscais no ato de casa pagamento.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – FORO.

11.1. As partes elegem o foro de **GURUPI – TO**, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento contratual, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12. CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÃO GERAL.

12.1. Rege-se-á o presente Contrato, no que for omissivo pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993, e alterações posteriores, como faculta o inc. I do § 3º e art. 62 da referida Lei 8.666/93.

12.2. Fica expressamente vedada a vinculação deste Contrato em operação de qualquer natureza que a **CONTRATADA** tenha ou venha assumir.

12.3. Fica condicionado pagamento mediante a comprovação dos serviços prestados.


12.4. E por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo em (02) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas assinadas pelas partes **CONTRATANTES**, na presença das testemunhas.

Selvina Martins Felixeira



Prefeitura Municipal de Crixás- TO, 05 de Maio de 2022.


PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXAS DO TOCANTINS
ANA FLÁVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO
CNPJ: 01.612.821/0001-41
CONTRATANTE


JOSIANO DE AQUINO SILVA
SECRETÁRIO MUN. INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO


SELVINA MARTINS TEIXEIRA
CPF:644.416.871-68
Selvina Martins Teixeira
Representante Legal da Contratada



TESTEMUNHAS:

1º Thaynara D. de Jesus Martins
CPF: 02.930.711-36

2º [Assinatura]
CPF: 05.625.511-07



**ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024**

ORDEM DE INÍCIO DE SERVIÇO

PROCESSO: 043/2022
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS -TO.
CNPJ:01.612.821/0001-41.

CONTRATADO: SELVINA MARTINS TEIXEIRA DA SILVA
CPF: 664.416.871-68

OBJETO: CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022.

A PREFEITURA MUNICIPAL de CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, através prefeita municipal, a Sr^a. ANA FLAVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO, Brasileiro, casada, portadora do CPF n.006.638.261-01, e do RG: nº 770.262- SSP /TO, residente e domiciliado na Rua Manoel Justino Da Silva, Nº 58, Centro, Crixas– TO, **AUTORIZA** a sr^a **SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, inscrita sob o nº do **CPF: 664.416.871-68** e **RG: 1.734.364 SSP/TO.** estabelecida **NESTA CIDADE**, a iniciar os serviços ora contratados.

CRIXÁS DO TOCANTINS – TO.,05 DE MAIO DE 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXAS DO TOCANTINS
ANA FLÁVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO
CNPJ: 01.612.821/0001-41
CONTRATANTE

JOSIANO DE AQUINO SILVA
SECRETÁRIO MUN. INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO



**ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024**

RESUMO DO CONTRATO DE DISPENSA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2022.

BASE LEGAL: Art. 24, II Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações posteriores.
CONTRATO Nº: 043/2022.

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, através da prefeita municipal, **ANA FLAVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO**, Brasileiro, casada, portadora do CPF Nº.006.638.261-01, e do RG: nº 770.262- SSP /TO, residente e domiciliado na Rua Manoel Justino Da Silva, Nº 58, Centro, Crixas– TO, doravante denominado como **GESTORA DO MUNICIPIO DE CRIXAS– TO.**

Contratado: **SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, inscrita sob o nº do CPF: 664.416.871-68 e 1.734.364 SSP/TO, estabelecida na **NESTA CIDADE.**

Objeto: **CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022.**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

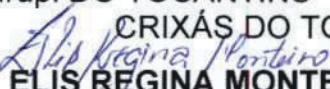
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	04.243.1002.2123 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
ELEMENTO DE DESPESA	339039000 147- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FISICA.
FONTE DE RECURSO	0010.00.000– RECURSOS PRÓPRIOS

VALOR TOTAL DO CONTRATO: Pelos serviços Prestados será pago à contratada e valor bruto total no decorrer do contrato de R\$:8.640,00 (Oito mil seiscentos e quarenta reais), sendo dividido em 08(oito) parcelas de R\$ 1.080,00(Um mil e oitenta reais)cada, no período de 08 (oito) meses, valor este que será pago pela execursão do serviço prestado obsevando bem a garantia e a eficiência do serviços comprovando por relatorios e fotos dos serviços executado, conforme disponibilidade financeira da Contratante.

Vigência: A vigência deste Contrato será da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2022.

FORO: Comarca de Gurupi DO TOCANTINS – TO.

CRIXÁS DO TOCANTINS - TO, 06 DE MAIO DE 2022.


ELIS REGINA MONTEIRO DA SILVA
 Presidente da comissão de licitação
 Sob. Decreto Nº 008/2022.

ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024

Sob. Decreto Nº 008/2022.

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato Dispensa de Licitação nº 043/2022

Contratante: A PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, através da prefeita Municipal, **ANA FLAVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO**, Brasileiro, casada, portadora do CPF Nº.006.638.261-01, e do RG: nº 770.262- SSP /TO, residente e domiciliado na Rua Manoel Justino Da Silva, Nº 58, Centro, Crixas– TO, doravante denominado como **GESTORA DO MUNICIPIO DE CRIXAS– TO**.

Contratado: O imóvel, da proprietária **SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, brasileira, portadora do CPF Nº: 644.416.871-68, e RG: 1.734.364 SSP/TO. Residente e domiciliada no endereço; Av. Dueré Nº 570, Setor: Pedroso CEP: 77433-050, na cidade de Gurupi do Tocantins-TO., representante legal a Sr.^a **Selvina Martins Teixeira da Silva**, residente e domiciliado neste mesmo endereço.

Objeto: CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICIPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022.

Base Legal: Art. 24, II Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Valor Global: Pelos serviços Prestados será pago à contratada valor mensal de, totalizando um valor bruto total no decorrer do contrato de R\$:8.640,00 (Oito mil seiscientos e quarenta reais), sendo dividido em 08(oito) parcelas de R\$ 1.080,00(Um mil e oitenta reais)cada, no período de 08 (oito) meses,valor este que será pago pela execursão do serviço prestado obsevando bem a garantia e a eficiência do serviços comprovando por relatórios e fotos dos serviços executado. após a até o décimo dia subsequente à execução dos serviços ou conforme disponibilidade financeira da Contratante.

A vigência deste Contrato será da data da sua assinatura ate 31 de Dezembro de 2022.

Dotação Orçamentária:

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	04.243.1002.2123 – MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR
ELEMENTO DE DESPESA	339039000 147- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS- PESSOA FISICA.
FONTE DE RECURSO	0010.00.000– RECURSOS PRÓPRIOS

Foro: Comarca de Gurupi DO TOCANTINS – TO.



**ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024**

CRIXÁS DO TOCANTINS – TO, em 06 DE MAIO DE 2022.

Monteiro

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CRIXÁS DO TOCANTINS
ANA FLÁVIA ALVES SILVEIRA MONTEIRO
CNPJ: 01.612.821/0001-41
CONTRATANTE**

De Aquino Silva

**JOSIANO DE AQUINO SILVA
SECRETÁRIO MUN. INTERINO DE ADMINISTRAÇÃO**



NOTA DE ORIENTAÇÃO TÉCNICA N*082/2022

I-PARECER TÉCNICO

Processo nº: 043/22

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO 043/2022

Finalidade: LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Secretaria: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Ordenador de Despesa: ANA FLAVIA ALVES SILVEIRA

Secretário(a) Municipal: JOSIANO AQUINO SILVA

II- OBJETIVO

Consiste o presente contrato de dispensa de licitação na locação de um imóvel a fim de instalar a sede do **conselho tutela** de Crixás do Tocantins, por não ter sede própria e nem prédio na administração pública do município há necessidade da locação desse imóvel específico.

Assim sendo foi firmado um contrato de locação desse imóvel com **(SELVINA MARTINS TEIXEIRA)** e a **Prefeitura Municipal de Crixás (SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO)** a fim de instalar por tempo determinado através de contrato de locação a sede do **conselho tutelar** dessa cidade.

III – FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Municipal de Plano Plurianual – Consta no **PPA** vigente 2.022.

Lei Municipal de diretrizes orçamentarias – Consta na **LDO** vigente /22

Lei Federal 8.666/93: inc-III do parágrafo único do art 26.

Lei nº 10.520/2002 e lei complementar de nº-123/2006.

Justificativas de preços – artigos 7º § 2º inciso II & 40 § 2º na lei de licitações.

Dotação orçamentaria: 04.243.0002.2037-339039000-0010.00.000.

IV- CONCLUSÃO

Levando em consideração os documentos analisados que constam nos autos até a presente data, atesta-se que o processo administrativo se encontra dentro das formalidades legais, conforme recomenda a lei 8.666/93 no artigo nº 24.

A controladoria interna desses municípios trabalha com o intuito de prevenir orientar e notificar possíveis falhas dos itens levantado nessas análises, de forma preventiva, na ordem contábil, financeiro orçamentaria e patrimonial, a fim de proporcionar a lisura nos processos, com o objetivo de evitar futuras sanções cíveis e criminais aos ordenadores de despesas, firmando bases legais, que devem ser atendidas para eficácia do processo.

V – RECOMENDAÇÕES

Diante do exposto, esta controladoria interna recomenda a tramitação normal do processo junto ao setor competente, **sem ressalvas**.

Crixás do Tocantins 10 de maio de 2.022

Robinson Araújo Carvalho

Chefe de controle interno
Robinson Araújo Carvalho
Secretário Mun. de Controle Interno
Decreto nº 005/2021

Contrato Liberado
Robinson Araújo Carvalho
005/2021

**ESTADO DO TOCANTINS
GESTÃO 2021/2024**

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

CERTIFICO que, nesta data, foi publicado no Placard da Prefeitura Municipal de Crixás do Tocantins - TO o Termo de Ratificação e o Extrato do Contrato, vinculado ao processo na modalidade **Dispensa de Licitação nº constante** no Processo Administrativo nº 043/2022, para **CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CRIXÁS DO TOCANTINS PARA O ANO DE 2022**, com fulcro no Art. 24. É dispensável a licitação: II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998). Tendo como Adjudicada e Homologada ao imóvel, **SELVINA MARTINS TEIXEIRA**, inscrita sob o nº do **CPF: 664.416.871-68 e 1.734.364 SSP/TO**,

Crixás do Tocantins – TO 10 de Maio de 2022.

ROBINSON ARAÚJO CARVALHO

Controle Interno
Robison Araujo Carvalho
Secretário Mun. de Controle Interno
Decreto nº 005/2021